

05

12 04 19

Parágrafo Segundo – Nos termos do art. 1061 da Lei nº 10.406/2002, fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por decisão dos detentores de 2/3 (dois terços) das quotas sociais.

Cláusula Sexta - A sociedade será representada ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, individualmente por ambos os sócios administradores, e outras obrigações de mero favor, estranhos aos interesses sociais. Nesta vedação não se inclui a prestação de garantias e obrigações a empresas da qual a sociedade sendo-lhes vedado o uso do nome empresarial em avais, abonos, fianças participe, direta ou indiretamente, podendo, ainda, alienar, caucionar ou onerar bens sociais, emitir títulos de créditos, transigirem, assinar cheques e renunciar a direitos quando do interesse da sociedade, contrair empréstimos e financiamentos, avalizar, endossar, bem como assinar todo e qualquer documento, contrato ou papel que implique em responsabilidade da sociedade, seja público ou particular.

Cláusula Sétima – É lícito aos sócios administradores constituir procuradores, em nome da sociedade, especificando nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto mandato judicial que poderá ser por prazo indeterminado.

Cláusula Oitava – Fica Facultativo, a retirada de pró-labore mensal, Os sócios que definirão se farão jus ao mesmo, podendo iniciar a partir do mês em que as atividades operacionais da sociedade comportar a referida retirada, mediante aprovação pela maioria das quotas representativas do capital social.

